

# Diário Eletrônico do Ministério Público RS

## Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 01 de outubro de 2015.

Edição nº 1763

### Nesta edição:

#### PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

|               |   |
|---------------|---|
| Boletins..... | 2 |
| Editais.....  | 2 |
| Avisos.....   | 2 |

#### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

|                           |   |
|---------------------------|---|
| Atos Normativos.....      | 2 |
| Boletins de Pessoal.....  | 3 |
| Súmulas de contratos..... | 3 |

#### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

|               |   |
|---------------|---|
| Boletins..... | 4 |
|---------------|---|

#### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

|              |   |
|--------------|---|
| Editais..... | 8 |
|--------------|---|



Diário eletrônico do

# Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 01 de outubro de 2015.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição nº 1763

## PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

**BOLETIM N.º 478/2015**

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:**

### REVOGAR

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 21 de setembro de 2015, a Portaria n.º 2332/2015, que designou o Dr. ROBERTO BAYARD FERNANDES FIGUEIRÓ como Diretor da Promotoria de Justiça de Bagé, até 30 de junho de 2016 (Port. 3679/2015).

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 21 de setembro de 2015, a Portaria n.º 2333/2015, que designou o Dr. CLÁUDIO RAFAEL MOROSIN RODRIGUES como Diretor Substituto da Promotoria de Justiça de Bagé, até 30 de junho de 2016 (Port. 3680/2015).

### DESIGNAR

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 21 de setembro de 2015, o Dr. CLÁUDIO RAFAEL MOROSIN RODRIGUES como Diretor da Promotoria de Justiça de Bagé, até 30 de junho de 2016, ou remoção/promoção do designado que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 3681/2015).

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 21 de setembro de 2015, a Dra. ÂNGELA HACKBART CONDE como Diretora Substituta da Promotoria de Justiça de Bagé, até 30 de junho de 2016, ou remoção/promoção do designado que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 3682/2015).

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 01 de outubro de 2015.

**KARIN SOHNE GENZ**,

Promotora de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**BOLETIM N.º 479/2015**

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:**

### PROMOVER

- por merecimento, para o cargo de 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, de entrância final, a Dra. JOCELAINE DUTRA PAINS, 2ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana, de entrância intermediária, ID n.º 3437701 (Edital 150/2015).

- por antiguidade, para o cargo de 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Passo Fundo, de entrância final, e classificar, com base no artigo 4º da Lei n.º 13.208/2009 no cargo de Promotor de Justiça Substituto de entrância final com atribuições na Promotoria de Justiça Criminal de Santa Maria, a Dra. DANIELE DA SILVA PIRES, Pro-

motora Substituta de entrância Intermediária, ID n.º 3433684 (Edital 151/2015).

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 01 de outubro de 2015.

**MARTHA WEISS JUNG**,  
Promotora-Assessora.

**EDITAL N.º 504/2015– PGJ**

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei n.º 7.669/82, cientifica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo PR.00006.00065/2015-3.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 29 de setembro de 2015.

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,  
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

**KARIN SOHNE GENZ**,  
Promotora de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**AVISO Nº 05/2015 – PGJ**

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MARCELO LEMOS DORNELLES**, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 14 do Provimento n.º 33/2008, **AUTORIZA** os Membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul a participarem do **XXI Congresso Nacional do Ministério Público, nos dias 06 a 09 de outubro de 2015, no Rio de Janeiro – RJ**, sem ônus para o Estado e sem prejuízo das funções normais.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 29 de setembro de 2015.

Registre-se e publique-se.

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,  
Procurador-Geral de Justiça.

## SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 10/2015**

Dispõe sobre a convocação de Servidores do Ministério Público para trabalharem nas eleições dos Conselhos Tutelares e dá outras providências.

**A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI**, no uso de suas



Diário eletrônico do  
**Ministério Público**  
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 01 de outubro de 2015.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição nº 1763

atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a atuação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul nas eleições dos Conselhos Tutelares municipais,

**RESOLVE** editar a seguinte Ordem de Serviço:

**Art. 1º** Os Promotores de Justiça Diretores das Promotorias de Justiça são autorizados a convocar servidores do Ministério Público para trabalharem no dia em que se realizar a eleição de Conselho Tutelar de Município integrante da respectiva Comarca.

**Art. 2º** Os Servidores convocados para trabalhar, nos termos do artigo 1º desta Ordem de Serviço, serão dispensados, sem prejuízo da remuneração e das demais vantagens, pelo dobro dos dias da convocação.

**Parágrafo único.** A dispensa do serviço, nos termos do "caput" deste artigo, formalizada por meio de requerimento encaminhado via SPU à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, com anuência da chefia imediata, fica condicionada à conveniência administrativa.

**Art. 3º** Os Promotores de Justiça Diretores das Promotorias de Justiça encaminharão, após a realização das eleições, memorando à Unidade de Registros Funcionais informando os servidores que foram convocados, bem como o número de dias trabalhados.

**Art. 4º** Esta Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicidade.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 30 setembro de 2015.

**ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,**

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e publique-se.

**KARIN SOHNE GENZ,**

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

**BOLETIM N.º 480/2015**

**A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:**

**EXONERAR**

- a contar de 01 de outubro de 2015, a servidora BRUNA RIBAS AMARAL, ID N.º 4213688, do Cargo em Comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, deste órgão (Port. 3509/2015).

- a pedido, a contar de 22 de setembro de 2015, o servidor JOFRE ARMANDO ANTUNES NETO, ID N.º 3860558, do Cargo em Comissão de Assessor Especial II, CC-05, deste órgão (Port. 3683/2015).

**REDUZIR**

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01 de outubro de 2015, a carga horária da servidora CRISTINA FERNANDES MANSUETI, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e

Sociais ID n.º 3438376, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do art. 6º, § 1º, da lei nº 7.253/79 (PR.00576.00830/2015-0 - Port. 3667/2015).

**TORNAR SEM EFEITO**

- a Portaria nº. 3633/2015, a qual designou para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor JOEL BORBA ALVES, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3358100, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, duas vezes por semana, a contar de 28 de setembro de 2015, até ulterior deliberação (Port. 3689/2015).

**DECLARAR ESTÁVEL**, ouvida a Comissão de que trata o artigo 41 da Constituição Federal, na forma do Provimento 21/2014-PGJ:

- considerando o que consta no Processo n.º PR.01356.00134/2012-8, a contar de 13 de junho de 2015, o servidor FÁBIO GENEROSI, ID n.º 3661890, no cargo de Engenheiro Mecânico, deste órgão (Port. 3614/2015).

- considerando o que consta no Processo n.º PR.01356.00148/2012-8, a contar de 25 de junho de 2015, a servidora GRAZIELA FERNANDES GRAZZIOTIN, ID n.º 3411125, no cargo de Agente Administrativo, deste órgão (Port. 3617/2015).

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 01 de outubro de 2015.

**ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,**

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
PROCESSO N.º 2187-09.00/14-8**

**CONTRATADA:** PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - PUCRS; **OBJETO:** prorrogação da vigência do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG n.º 093/2014, por 12 (doze) meses, a contar de 30 de setembro de 2015; acréscimo ao objeto do ajuste 12 (doze) testes de investigação de paternidade/maternidade, através da coleta e análise de DNA, resultando no acréscimo, ao preço total do contrato, da quantia de R\$ 6.789,00 (seis mil, setecentos e oitenta e nove reais); **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, inciso I, alínea "b", e § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 30 de setembro de 2015.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,**

Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
E RATIFICAÇÃO  
CO.31542**

**CONTRATADA:** TARGETTRUST TECNOLOGIA LTDA; **OBJETO:** inscrição de servidores da Divisão de Tecnologia da





# Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 01 de outubro de 2015.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição nº 1763

Informação e Comunicação nos cursos: "HTML, CSS E JAVASCRIPT", "JAVASCRIPT AVANÇADO", "JQUERY – CRIANDO APLICAÇÕES WEB RICAS" e "CONTROLE DE VERSÃO COM GIT", a serem realizados nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2015, em Porto Alegre/RS; **VALOR TOTAL:** R\$ 13.366,50; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 29 de setembro de 2015, pela Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina Cusin Petrucci.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 29 de setembro de 2015.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

## SÚMULA DO TERMO DE CONVÊNIO PROCESSO 01075.06477/2010-9

**PARTES:** O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e o Centro Educacional Canoense Ltda., mantenedor da Escola de Educação Profissional o Acadêmico, CNPJ nº 94.308.699/0001-03; **OBJETO:** Prorrogar por 5 (cinco) anos o Convênio de Estágio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 21/09/2015; Ana Cristina Cusin Petrucci, Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Ana Iracema Rigo, Diretora. Porto Alegre, 30/09/2015.

## PROCESSO N.º 2324-09.00/13-7 TOMADA DE PREÇOS N.º 17/13

A Procuradoria-Geral de Justiça, pela presente, **NOTIFICA ROCHA E HAUBERT CONSTRUÇÕES LTDA.** para, querendo, interpor recurso administrativo contra a decisão exarada no âmbito do processo n.º 2324-09.00/13-7, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do presente ato. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre 29 de setembro de 2015.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

## SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

**BOLETIM N.º 31/2015**

**O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO** científica, na forma do § 2º do artigo 7º

da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00711.00100/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Alegrete por Júlia Flores Schutt - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Alegrete com a finalidade de Trata-se de Ofício encaminhado pela 2ª PJ Criminal de Alegrete, remetendo cópias de procedimento para análise de eventual improbidade administrativa Investigado: Luiz Fernando Aranda. Local do Fato: Alegrete.

IC 00750.00001/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Criminal De Caxias Do Sul por Letícia Viterbo Ilges - 8º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Criminal De Caxias Do Sul com a finalidade de Peças extraídas dos PECs n. 118844-5 e 65084-6, evidenciando a não instauração de PADs pela Administração do Instituto Penal de Caxias do Sul para a apuração de faltas graves Investigado: Instituto Penal De Caxias Do Sul. Local do Fato: Caxias Do Sul.

IC 00783.00080/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Gravataí por Carolina Barth Loureiro Ingracio - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Gravataí com a finalidade de Apurar a ocorrência de nepotismo cruzado, na contratação de familiares para cargo de provimento em comissão da Câmara Municipal de Vereadores Investigado: Nadir Rocha (Vereador De Gravataí). Local do Fato: Gravataí.

IC 00783.00079/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Gravataí por Carolina Barth Loureiro Ingracio - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Gravataí com a finalidade de Apurar o descumprimento da tabela de horários do transporte público coletivo entre os Municípios de Gravataí e Porto Alegre Investigado: Sogil. Local do Fato: Gravataí.

IC 00783.00076/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Gravataí por Carolina Barth Loureiro Ingracio - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Gravataí com a finalidade de Denúncia recebida por e-mail, relatando possível desvio de função em relação ao cargo de Guarda Municipal do Município de Gravataí Investigado: Município De Gravataí. Local do Fato: Gravataí.

IC 00906.00015/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Sobradinho por Martin Albino Jora - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Sobradinho com a finalidade de Apurar atos de improbidade administrativa cometidos, em tese, por Lenise Lourdes Lazzarotto Mariani, consistente em nomear a advogada Cristina Dias Ferreira, para exercer cargo em comissão na área jurídica do município, com carga horária semanal de 40 horas, sem suposta contraprestação efetiva de trabalho Investigados: Cristina Dias Ferreira e Lenise Lourdes Lazzarotto Mariani. Local do Fato: Sobradinho.

IC 00906.00014/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Sobradinho por Martin Albino Jora - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Sobradinho com a finalidade de APURAR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMETIDOS, EM TESE, POR ALGILSON ANDRADE DA SILVA, PREFEITO DE LAGOÃO, CONSISTENTE EM SUPOSTA BURLA NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO



# Diário eletrônico do Ministério Público

## Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 01 de outubro de 2015.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição nº 1763

SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES MEDIANTE A NOMEAÇÃO EM CARGOS COMISSIONADOS, EM PREJUÍZO DE MARCIANE F. DOS REIS. Investigado: Algilson Andrade Da Silva. Local do Fato: Sobradinho.

IC 00906.00013/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Sobradinho por Martin Albino Jora - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Sobradinho com a finalidade de Apurar atos de improbidade administrativa cometidos, em tese, por Bertino Rech (ex-prefeito de Passa Sete), consistente na compra de tubos de concreto de empresas da região, sem procedimento licitatório e em valor superior ao permitido pela legislação. Investigados: Bertino Rech e Prefeitura Municipal De Passa Sete. Local do Fato: Sobradinho.

PI 00927.00026/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Venâncio Aires por João Afonso Silva Beltrame - 3º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Venâncio Aires com a finalidade de investigar DENÚNCIA DANDO CONTA DE POSSÍVEL IRREGULARIDADE OCORRIDA NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO, EM 2012, EM RELAÇÃO À AUTORIZAÇÃO DO LEGISLATIVO DE BOQUEIRÃO DO LEÃO PARA SACAR RECURSO FINANCEIRO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO, BEM ASSIM QUANTO AO MUNICÍPIO NÃO PAGAR INSS PATRONAL E TER PROPOSTO PARCELAMENTO DA DÍVIDA NOS ÚLTIMOS MESES DO ANO DE 2012: Município De Boqueirão Do Leão. Local do Fato: Venâncio Aires.

IC 00927.00029/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Venâncio Aires por João Afonso Silva Beltrame - 3º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Venâncio Aires com a finalidade de investigar a Ausência de licitação nas concessões do transporte público coletivo municipal e transporte escolar do Município de Venâncio Aires, em contrariedade à Lei Federal nº 8.987/95.

IC 00927.00031/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Venâncio Aires por João Afonso Silva Beltrame - 3º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Venâncio Aires com a finalidade de investigar DENÚNCIA DE DESVIO DE VALORES NO TRANSPORTE DE BRITA PELO MUNICÍPIO DE MATO LEITÃO. Investigados: Emerson Etgeton ME e Município De Mato Leitão.

IC 00950.00006/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Charqueadas por Roberto Carmai Duarte Alvim Junior - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Charqueadas com a finalidade de investigar possível deficiência na disponibilidade do transporte público municipal. Investigado: Município de Charqueadas. Local: Charqueadas/RS.

PI 00950.00007/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Charqueadas por Roberto Carmai Duarte Alvim Junior - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Charqueadas com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na contratação da empresa "JC Lopes" pelo ente municipal. Investigado: Município De Charqueadas. Local do Fato: Charqueadas.

IC 01203.00011/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada Criminal De Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios por José Guilherme Giacomuzzi - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada Criminal De Porto Alegre com a finalidade de Possível prática de atos de

Improbidade Administrativa por Parlamentar e assessores da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul envolvendo crimes contra a Administração Pública (peculato e concussão), bem como abuso de poder e captação ilícita de recursos. . Investigado não informado. Local do Fato: Porto Alegre.

**O COORDENADOR DO CAO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00712.00008/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Alegrete por Bianca D'Alessandro Kosciuk - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Alegrete com a finalidade de verificar eventual carência quanto a recursos materiais e humanos no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alegrete CEDEDICAA, bem como inadequação das suas instalações ao serviço desempenhado (execução de medidas socioeducativas em meio aberto).

INVESTIGADO: Secretário de Assistência Social do Município de Alegrete.

LOCAL DO FATO: Alegrete/RS.

**O COORDENADOR do CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00711.00101/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Alegrete por Júlia Flores Schutt - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Alegrete com a finalidade de Apurar a precariedade na conservação da Ponte sobre o Rio Caverá, localizada no KM 01 da RS 806, no Município de Alegrete. Investigados: Estado do Rio Grande do Sul e DAER. Investigados: Departamento Estadual De Estradas E Rodagem e Estado Do Rio Grande Do Sul. Local do Fato: Alegrete.

IC 00783.00081/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Gravataí por Carolina Barth Loureiro Ingracio - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Gravataí com a finalidade de Apurar eventuais deficiências da Secretaria Municipal de Saúde no recebimento e cumprimento de mandados judiciais referentes a decisões liminares envolvendo a área de saúde pública. Investigado: Município De Gravataí. Local do Fato: Gravataí.

IC 00783.00077/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Gravataí por Carolina Barth Loureiro Ingracio - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Gravataí com a finalidade de Apurar a omissão do Poder Público na manutenção da Rua Dolores Caldas, Morada do Vale I, em Gravataí/RS. Investigado não informado. Local do Fato: Gravataí.



# Diário eletrônico do Ministério Público

## Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 01 de outubro de 2015.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição nº 1763

IC 00824.00052/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas por Rodrigo da Silva Brandalise - 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas com a finalidade de investigar as precárias condições do prédio onde funcionou o "Teatro Avenida".

Local: Pelotas.

Investigado: Distribuidora de Filmes Wermar Ltda.

Procedimento Preparatório 01623.000.110/2015 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE em 29/09/2015 por Luciana Maria Ribeiro Alice com a finalidade de Possíveis irregularidades na elaboração das cláusulas de compromisso de ajustamento de conduta no bojo do Procedimento Administrativo nº 0114.002.767-6 instaurado pelo PROCON/RS em detrimento da Oi S.A .

Investigado(s): Flávia do Canto Pereira.

Local do Fato: null.

Classificação de Acesso: Ostensivo.

IC 00861.00050/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santa Cruz Do Sul por Flávio Eduardo De Lima Passos - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Santa Cruz Do Sul com a finalidade de "Apurar a regularidade da Paróquia Santos Mártires das Missões, situada na Avenida Orlando Orscar Baumhardt, 1712, no Município de Santa Cruz do Sul, no que disciplina a obtenção de Licença Municipal e eventual necessidade de projeto acústico, em razão da emissão sonora proveniente do estabelecimento" Investigado: Mitra Diocesana De Santa Cruz Do Sul. Local do Fato: Santa Cruz Do Sul.

IC 00872.00042/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santo Ângelo por Paula Regina Mohr - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Santo Ângelo. Objeto: investigar a regularidade de estabelecimento. Local: Rua do Arvoredo, nº 629, Bairro Hortência, em Santo Ângelo, RS. Investigado: Associação Águia Dourada. IC 00906.00012/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Sobradinho por Martin Albino Jora - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Sobradinho com a finalidade de apurar suposta poluição sonora produzida no interior e imediações do Posto Betrim. Investigado: Cps Combustíveis Ltda. Local do Fato: Sobradinho.

IC 00906.00011/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Sobradinho por Martin Albino Jora - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Sobradinho com a finalidade de Apurar supostas irregularidades no funcionamento dos estabelecimentos "Porão Club", "Clube Comercial" e "Life Club Centro Serra", mormente a inexistência de alvarás de prevenção e combate a incêndio. Investigados: estabelecimentos "Porão Club", "Clube Comercial", "Life Club Centro Serra" e Prefeitura Municipal De Sobradinho. Local do Fato: Sobradinho.

**O COORDENADOR do CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

PI 00927.00027/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Venâncio Aires por João Afonso Silva Beltrame - 3º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Venâncio Aires com a finalidade de investigar a denúncia de cobranças irregulares de usuários do IPÊ.

**O COORDENADOR do CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00710.00022/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Agudo por Daniela Sudbrack Gaspar Raiser - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Agudo com a finalidade de OBJETO: apurar possível dano ambiental decorrente da criação de porcos em área urbana. LOCAL: localidade de Boa Vista Norte, Paraíso do Sul/RS INVESTIGADO: Mário dos Passos.

IC 00715.00008/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Arroio Do Meio por Paulo Estevam Costa Castro Araújo - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Arroio Do Meio com a finalidade de OBJETO DO EXPEDIENTE: Of. 029/1ª CIA/ESTRELA/2015, (PATRAM ESTRELA). BO-COP nº 3560324/2015 - DANO A VEGETAÇÃO NATIVA LOCAL ONDE OCORREU O FATO: LOCALIDADE DE DONA RITA, ARROIO DO MEIO - RS

NOME DAS PARTES

INVESTIGADO: JONER FREDERICO KERN (f.99834606), RG Nº 6024590041(residente na Rua Dona Rita, 2827, compl.: 120, Bairro Dona Rita, Arroio do Meio - RS. End. profissional: Rua Visconde do Rio Branco, 900, Centro, Arroio do Meio - RS (Imobiliária Joner, fone 3 716-1397.

Investigado: Joner Frederico Kern. Local do Fato: Arroio Do Meio.

IC 00783.00078/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Gravataí por Carolina Barth Loureiro Ingracio - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Gravataí com a finalidade de Apurar ocorrência de poluição sonora oriunda da empresa Trafo Equipamentos Elétricos S/A., situada na RS-020, Km 62, nº 1071, Bairro Vera Cruz, em Gravataí/RS Investigado: Trafo By Weg. Local do Fato: Gravataí.

IC 00783.00071/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Gravataí por Carolina Barth Loureiro Ingracio - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Gravataí com a finalidade de Apurar a criação de pássaros silvestres em cativeiro, sem autorização dos órgãos ambientais competentes, na Rua 15 de Novembro, nº 382, Bairro São Geraldo, Gravataí/RS Investigado: Jair Muniz Ferreira. Local do Fato: Gravataí.

IC 00814.00069/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo por Sandro De Souza Ferreira - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo com a finalidade de Apurar pos-





# Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 01 de outubro de 2015.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição nº 1763

sível emissão excessiva de ruídos por parte da empresa LLV, localizada na Rua João Daniel Hildebrandt, n.º 74, Bairro Rondônia, em Novo Hamburgo.

Local: Rua João Daniel Hildebrandt, n.º 74, Bairro Rondônia, em Novo Hamburgo.

Investigado: Giordani e Hartmann Ltda. (LLV Comercio e Repres de Componentes para Calçados). . Investigado: Giordani E Hertmann Ltda. Local do Fato: Novo Hamburgo.

PI 00814.00098/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo por Sandro De Souza Ferreira - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo com a finalidade de Verificar as condições em que são mantidos animais da espécie canina na residência situada na Rua Elydia Cândida Klein, esquina com a Rua Rubens Nelson Hubner, em Novo Hamburgo, de sorte a prevenir eventuais maus-tratos.

Investigado: A apurar.

Local: Rua Elydia Cândida Klein, esquina com a Rua Rubens Nelson Hubner, Novo Hamburgo Investigado não informado. Local do Fato: Novo Hamburgo.

IC 00814.00097/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo por Sandro De Souza Ferreira - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo com a finalidade de apurar eventuais irregularidades ambientais (ausência de licença ambiental, lançamento irregular de efluentes e deposição irregular de resíduos perigosos), de responsabilidade da empresa Fivelmax Ind. e Com. de Fivelas, localizada na Rua Nápoles, n.º 839, Bairro Canudos, em Novo Hamburgo.

Investigado: Fivelmax Ind. e Com. de Fivelas.

Local: Rua Nápoles, n.º 839, Bairro Canudos, em Novo Hamburgo.

Investigado não informado. Local do Fato: Novo Hamburgo.

IC 00853.00053/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Rio Grande por Érico Rezende Russo - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Rio Grande com a finalidade de . Investigado: Sidnei Da Silva Feijó. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00861.00049/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santa Cruz Do Sul por Flávio Eduardo De Lima Passos - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Santa Cruz Do Sul com a finalidade de Apurar dano ambiental, proveniente da poluição atmosférica, decorrente da emissão da fumaça do estabelecimento denominado BIOMASSAS PS, gerando riscos aos moradores próximos e/ou vizinhos, na localidade de Passo do Sobrado-RS. Investigado: Biomassas Ps. Local do Fato: Passo Do Sobrado.

IC 00881.00045/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De São Francisco De Assis por Luiza Trindade Losekann - Promotora De Justiça Da Promotoria De Justiça De São Francisco De Assis.

Investigado: Município de São Francisco de Assis.

Objeto: Investigar eventual irregularidade na doação de imóvel público localizado na localidade de Jaguarizinho, 1º Distrito de

São Francisco de Assis, bem como na permissão de sua utilização sem licitação para fins de extração de saibro.

Local do Fato: São Francisco de Assis.

IC 00881.00044/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De São Francisco De Assis por Luiza Trindade Losekann- Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De São Francisco De Assis.

Investigado: José Ronaldo Duarte

Objeto: Supressão da flora nativa no perímetro urbano, sem licença ambiental, na Rua Dez de Novembro, nº543, Bairro Italiano, Município de São Francisco de Assis.

local do Fato: São Francisco de Assis.

IC 00881.00046/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De São Francisco De Assis por Luiza Trindade Losekann- Promotora De Justiça Da Promotoria De Justiça De São Francisco De Assis.

Investigado: REMI MACHADO GUERRA

Objeto: Investigar prática de queimada em área de aproximadamente 22 hectares em propriedade particular localizada na localidade Corredor do Recreio, interior do Município de São Francisco de Assis.

Local do Fato: São Francisco de Assis/RS.

IC 00907.00032/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Soledade por Tânia Maria Hendges Bitencourt - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Soledade com a finalidade de apurar possível dano ambiental decorrente da atividade de fabricação de estruturas de madeira, sem o devido licenciamento ambiental.

INVESTIGADO: MADESERWI FÁBRICA DE ESQUADRIAS EIRELI ME.

LOCAL DO FATO: Avenida Farrapos nº 1199, Bairro Botucaí, Soledade/RS.

IC 00914.00086/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Torres por Márcio Roberto Silva De Carvalho - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Torres com a finalidade de investigar p corte de árvores nativas inserida no Bioma Mata Atlântica sem licença dos órgãos ambientais competentes.

Investigado: Mauro Passos Varallo.

Local do Fato: Rua Antônio Magnus, n.º135, bairro Vila São João, em Torres/RS.

IC 00914.00087/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Torres por Márcio Roberto Silva De Carvalho - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Torres com a finalidade de investigar o corte de árvores nativas inserida no Bioma Mata Atlântica sem licença dos órgãos ambientais competentes.

Local do fato: Estrada Geral, n.º 115, bairro Roça da Estância, em Mampituba/RS.

Investigado: Carlos Rodrigo Dos Santos.

IC 00914.00085/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Torres por Márcio Roberto Silva De Carvalho - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Torres com a finalidade de investigar o funcionamento de fábrica de móveis sem qual-



Diário eletrônico do

# Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 01 de outubro de 2015.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição nº 1763

quer licença ambiental e lançamento de efluentes a céu aberto.

Local do fato: rua Constantino Scheffer, n.º 186, bairro Faxinal, em Torres/RS.

Investigado: Marcia Leopoldina Baltazar.

IC 00927.00025/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Venâncio Aires por João Afonso Silva Beltrame - 3º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Venâncio Aires com a finalidade de investigar DENÚNCIA ACERCA DE COMERCIALIZAÇÃO DE LOTES, EM LOTEAMENTO CLANDESTINO, NA LOCALIDADE DE LINHA TRAVESSA, INTERIOR DE VENÂNCIO AIRES, TENDO COMO INVESTIGADO CARLOS ALBERTO RODRIGUES DA SILVA.

IC 00927.00028/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Venâncio Aires por João Afonso Silva Beltrame - 3º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Venâncio Aires com a finalidade de investigar a Mortandade de peixes no Arroio Castelhana, em Venâncio Aires, em razão de vários fatores, mas em especial do despejo de esgoto por parte da população ribeirinha.

IC 00927.00030/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Venâncio Aires por João Afonso Silva Beltrame - 3º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Venâncio Aires com a finalidade de investigar ABATES CLANDESTINOS DE SUÍNOS E BOVINOS NA LINHA DUVIDOSA, NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS, TENDO COMO INVESTIGADO, O SENHOR LAURO BECKER.

PI 00930.00052/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Viamão por Anelise Grehs Stifelman - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Viamão com a finalidade de OBJETO: Risco de dano ambiental na unidade de conservação de proteção integral Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos pela utilização indiscriminada e irrestrita de agrotóxicos nas propriedades rurais situadas no raio de 10km da unidade de conservação decorrente da omissão do órgão ambiental licenciador (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – FEPAM) em revisar as condicionantes impostas nas licenças ambientais expedidas aos empreendimentos agrícolas situados nos limites da unidade de conservação de proteção integral Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, em Viamão Investigado: Fundação Estadual De Proteção Ambiental Henrique Lui Roessler - Fepam. Local do Fato: Viamão.

IC 00933.00010/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Igrejinha por Brenusa Marquardt Corleta - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Igrejinha com a finalidade de apurar denúncia de intervenção realizada no arroio Nicolau. Investigado Prefeitura Municipal de Igrejinha. Local do Fato: Igrejinha, RS.

IC 01223.00072/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santiago por Diego Prux - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Santiago com a finalidade de Dano ambiental decorrente da destruição de vegetação rasteira nativa típica da região (campo nativo), em área de 33,4 hectares, mediante o uso de fogo, na locali-

dade de Passo dos Valos, interior do Município d Capão do Cipó/RS Investigados: Alfredo Vaz Brum e Guilhermina Coimbra Fabricio. Local do Fato: Santiago.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 30 de Setembro de 2015.

**FABIANO DALLAZEN,**

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### EDITAL N º 153/2015

**FAÇO PÚBLICO**, em cumprimento à determinação do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público proferida em 22 de setembro de 2015, nos autos do Expediente n.º **PR.00001.01625/2015-8**, que será escolhido membro do Ministério Público para participar da seleção para o **Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE)**, que se realizará no período de 22 de fevereiro a 02 de dezembro de 2016 junto à Escola Superior de Guerra – Ministério da Defesa, **sem ônus para o Ministério Público**. Os membros do Ministério Público interessados têm **até às 18h30min do dia 07 de outubro do corrente** para se habilitarem, junto à Secretaria dos Órgãos Colegiados, nos termos da Resolução n.º 03/2010 - CSMP.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 01 de outubro de 2015.

**MARTHA WEISS JUNG,**

Promotora-Assessora.